



## CARTA DOS GOYAZES



Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República;  
Às suas Excelências Senhores Governadores;  
Aos Senhores Membros do Congresso Nacional;  
Aos Senhores Prefeitos e Vereadores;  
Aos Senhores Gestores Ambientais de todas as esferas;  
Aos Senhores Gestores de Turismo de todas as esferas;  
Às instituições do Sistema S e às Instituições de Extensão Rural;  
Aos Senhores Empresários do Setor de Ecoturismo;  
Às Organizações Não Governamentais (ONGs);  
Às Universidades;  
Aos Povos e Comunidades tradicionais;  
À População brasileira:

## CARTA DOS GOYAZES

Os participantes do I Congresso Brasileiro de Trilhas, reunidos em Goiânia-GO, de 25 a 29 de maio de 2022, entendem que:

Considerando que, a Sociedade Civil brasileira se organiza em torno da criação e gestão de uma Rede Brasileira de Trilhas, desde 1997 quando foram dados os primeiros passos para a criação da Trilha Transcarioca;

Considerando que a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas) existe oficialmente desde 19 de outubro de 2018, quando foi publicada a Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio número 407 regulamentada pela Portaria 500;

Considerando que, em 16 de agosto de 2019 na Ilhabela, durante o ABETA SUMMIT, tomou posse a primeira diretoria nacional da Associação Rede Brasileira de Trilhas (REDE), cujos objetivos precípuos são: trabalhar pela criação de uma rede de trilhas no Brasil, representar a Sociedade Civil, e apoiar as iniciativas governamentais nos esforços para a criação e gestão da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;

Considerando que, a exemplo de experiências exitosas dos Estados Unidos, Canadá, Japão, Coreia, Chile, Austrália, África do Sul, Nova Zelândia, Costa Rica, Israel, Líbano, Europa, entre outros, as Trilhas de Longo Curso necessitam de governança e estrutura financeira para sua implantação, manejo, manutenção, divulgação e gestão, assim como políticas públicas de linhas de crédito, incentivos e capacitação continuada;

Considerando que, embora não haja dados consolidados no Brasil, sabe-se que as Trilhas de Longo Curso são grandes geradoras de emprego e renda, e negócios. Apenas na França calcula-se que 20 milhões de pessoas percorreram esses caminhos em 2013; quando foram vendidos 4,7 milhões de



## CARTA DOS GOYAZES



pares de botas de caminhadas nas lojas francesas e Comitê Regional de Turismo da Bretanha descobriu que 40% dos turistas que vêm à região em busca de trilhas de caminhada com gasto médio de 60 euros por dia. Na Espanha, em 2016 segundo dados do Anuário de Estatística Desportiva daquele país, as caminhadas em trilha, forma o 3º esporte mais popular, com 4 milhões de praticantes. Ainda nesse país, o Caminho de Santiago, percorrido em 2017 por 301 mil caminhantes, sustenta uma vasta rede de pequenos albergues, restaurantes e lojas de equipamentos, com seus benefícios espalhados ao longo de centenas de quilômetros. No Reino Unido, em 2017 a *Ramblers Association* informou que naquele ano trilheiros ingleses gastaram £ 6.14 bilhões e a atividade gerou 245.000 empregos de tempo integral. Ainda no Reino Unido, a trilha Inglesa de 1.014 km conhecida como *South West Coast Path*, gerou £ 307 milhões para a economia regional, com a geração de 7.500 empregos diretos. Em comparação, o custo de manutenção e manejo da *South West Coast Path* é de £ 500 mil por ano.

Considerando o crescente movimento de surgimento e criação de novas trilhas e caminhos em todas as unidades federativas, de forma muitas vezes espontânea ou oriundas de demandas ambientais, recreacionais, esportivas, turísticas e de peregrinação, mas sem coordenação sistêmica e sem orientação técnica ou apoio especializado;

Considerando o engajamento da Associação Rede Brasileira de Trilhas (REDE) no âmbito de fomentar, subsidiar, capacitar e apoiar a formação de trilhas locais, regionais e nacionais, bem como de se coordenar com movimentos e organizações internacionais de trilhas;

Considerando a demanda premente e contínua de capacitação das comunidades receptoras e respectivos atores públicos, privados e do terceiro setor para a formação, gestão, manejo, divulgação e manutenção de produtos turísticos de natureza por meio de trilhas de longo curso;

Considerando o movimento mundial e, em particular do continente americano, de iniciativas de integração regional, plasmado em acordos tais como o Mercosul, a Aliança do Pacífico, o Sistema da Integração Centro-Americana, o CARICOM, entre outros e, também, considerando que os demais países das Américas começam a estruturar, em diferentes níveis de desenvolvimento, sistemas nacionais de trilhas;

Considerando a importância de aumentar os espaços de recreação e de educação em contato com a natureza;

Considerando a importância do resgate cultural e patrimonial dos caminhos ancestrais e históricos em nosso país;

Considerando que as trilhas, antigas ou novas, constituem infraestruturas que proveem serviços como recreação, saúde, educação, sensibilização ambiental e cultural e geram emprego e renda e negócios;

Considerando que o Brasil está no topo da lista dos 18 países mais megadiversos do mundo, detentor da maior parte da biodiversidade do planeta, presta importantes e insubstituíveis serviços



## CARTA DOS GOYAZES



para a manutenção dos ecossistemas, da saúde humana e animal e melhor experiência de visitação e recreação;

Considerando que a perda e a fragmentação de habitats configuram a principal causa de perda e extinção de espécies;

Considerando a recomendação do III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe (CAPLAC), realizado em Lima, Peru, entre os dias 14 e 17 de outubro de 2019, de que os países latino-americanos e caribenhos devem “Planejar as redes de trilhas de longo curso nacionais de maneira que se interconectem com as redes de trilhas de longo curso dos países vizinhos”;

Considerando a atual crise da biodiversidade global, conforme dados e relatórios da Convenção da Diversidade Biológica da ONU, da qual o Brasil é signatário, e a necessidade de promover a conectividade entre áreas protegidas e ecossistemas naturais remanescentes em escalas global, regional e local;

Considerando a atual emergência climática global, conforme dados e relatórios do IPCC da UNFCCC, e a necessidade de ampliação da oferta e realização de atividades de turismo de baixas emissões, como as trilhas de longo curso;

Considerando a experiência exitosa da Trilha Transcarioca como elemento catalizador do Mosaico Carioca de Unidades de Conservação;

Considerando que estamos na década da restauração da Organização das Nações Unidas e o papel das trilhas de longo curso como promotoras da conectividade da paisagem;

### **Acordam os participantes do I Congresso Brasileiro de Trilhas em:**

Solicitar ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério do Turismo, bem como ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBIO, signatários da citada Portaria Conjunta 407/2018, a:

- Articular e instituir oficialmente uma instância legítima, representativa e permanente de governança da RedeTrilhas, incluindo as três esferas federativas, a sociedade civil organizada, as universidades e a iniciativa privada, com foco e atuação em todo o território do Brasil. Que essa Governança tenha como objetivo a coordenação da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;
- Participar dos principais congressos e foros internacionais de trilhas;
- Apoiar e capacitar, em articulação com outros órgãos e instituições, os órgãos federais, estaduais e municipais no planejamento de trilhas de longo curso com efeito positivo para a manutenção da biodiversidade e conectividade da paisagem, integrando ao planejamento as questões relativas à



## CARTA DOS GOYAZES



promoção da saúde, desenvolvimento econômico sustentável e mitigação dos efeitos das Mudanças Climáticas;

- Coordenar a elaboração e implementação de um programa nacional de educação ambiental com foco na conduta consciente durante a visitação de áreas naturais e prática de atividades de aventura;
- Realizar campanha de valorização da biodiversidade para manutenção da saúde dos ecossistemas, dos humanos e dos atrativos da trilha;
- Elaborar e implementar um programa de monitoramento continuado dos impactos positivos e negativos do uso das trilhas, incluindo aqueles relacionados à biodiversidade, cultura, sociedade, economia e geologia;

### **No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, solicitar:**

- Designar uma unidade específica com gestores e servidores dedicados à desenvolver, coordenar e implementar a Política Nacional, da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;
- A criação de mecanismos de fomento ou a alocação de recursos orçamentários e financeiros, e de fundos já existentes, em bases anuais, para a constituição de uma equipe de capacitação no que tange a implementação, sinalização, restauração, manutenção/manejo e governança, disponível e acessável pelo ICMBio, Estados, Municípios, RPPNs e outros atores relevantes ligados, ou com interesse em se juntar, à Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;
- A criação e disponibilização de linhas de crédito e/ou a alocação de orçamento ministerial para a implementação, manutenção e manejo de TLCs;
- A inclusão das Trilhas de Longo Curso na política nacional de conservação como uma ferramenta de conectividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);
- O fomento à criação e gestão de TLCs como conectores de paisagem nos Mosaicos de Unidades de Conservação oficialmente reconhecidos;
- A proposição de projeto legislativo que vise, junto ao Congresso Nacional, o aperfeiçoamento da legislação de modo a criar e implementar a política pública nacional da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;

### **No âmbito do Ministério do Turismo, solicitar:**

- Designar uma unidade específica com gestores e servidores dedicados à desenvolver, coordenar e promover a Política Nacional, da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;



## CARTA DOS GOYAZES



- Capacitar as entidades turísticas públicas e privadas em temas afetos às TLCs, como: o que são, qual a demanda, quem são os competidores, qual o perfil dos clientes, como colocar o produto no mercado, produção associada ao turismo, entre outros;
- Criar linha de crédito e/ou orçamento Ministerial para a implementação, manejo, gestão e divulgação de TLCs;
- Colocar as TLCs como tema estruturante e transversal nas regiões turísticas.

### **No âmbito o ICMBio e instituições gestoras de unidades de conservação nas esferas estadual, distrital e municipal:**

- Incluir em seus planejamentos orçamentários a implementação e a manutenção continuada das TLCs que se conectam às UCs;
- Levar em consideração as trilhas de longo curso como ferramenta de integração regional das UCs;
- Atentar para a conciliação entre a Rede Nacional de Trilhas e Conectividade e as concessões de serviços à iniciativa privada;
- Levar em consideração as trilhas de longo curso na elaboração de planos de manejo e demais instrumentos de planejamento de uso público;

### **No âmbito do SEBRAE e outras Instituições do Sistema S, bem como EMATERs e outras instituições de Extensão Rural:**

- Formatar os processos de desenvolvimento e incentivo de TLCs pela perspectiva da Política Nacional da Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;
- Disponibilizar linha de capacitação nacional dedicada a pequenos e médios proprietários de terras, empresários e prestadores de serviço envolvidos em comunidades que possuem trilhas de longo curso implementadas ou em planejamento;
- Mobilizar recursos para atendimento e estruturação de pequenos negócios que atendam a esse segmento de mercado;
- Incluir as TLCs nas políticas de turismo rural e como meio auxiliar de geração de renda nas RPPNs e pequenas e médias propriedades, mas também nas reservas legais das grandes plantações de soja, algodão, pinheiros, eucaliptos e outras monoculturas, bem como em áreas destinadas à pecuária;



## CARTA DOS GOYAZES



### **No âmbito dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e das Entidades Representativas de autoridades estaduais de Meio Ambiente e Turismo;**

- Estabelecerem um ponto focal para contato a respeito do tema Trilhas de Longo Curso e participarem dos foros de discussão e governança nos níveis local, regional e nacional;
- A inclusão das Trilhas de Longo Curso na respectiva política estadual de conservação como uma ferramenta de conectividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);
- Criação e implementação de política pública estadual de Trilhas de longo curso integrada a Rede Nacional de Trilhas e Conectividade;
- Promover ações conjuntas e integradas entre Estados para implementação das TLCs e das políticas públicas de Trilhas;

### **No âmbito dos Municípios e das Entidades Representativas de autoridades municipais de Meio Ambiente e Turismo;**

- Estabelecerem um ponto focal para contato a respeito do tema Trilhas de Longo Curso e participarem dos foros de discussão e governança nos níveis local, regional e nacional;
- A inclusão das Trilhas de Longo Curso na respectiva política municipal de conservação como uma ferramenta de conectividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);
- Criação e implementação de política pública municipal de Trilhas de longo curso integrada a Rede Nacional de Trilhas e Conectividade, buscando a coordenação regional;
- Promover ações conjuntas e integradas entre Municípios para implementação das TLCs e das políticas públicas de Trilhas;

### **No âmbito de Organizações Não Governamentais:**

- Incluírem a REDE como componente de seus projetos e sempre levarem em consideração a sua existência atual ou futura ao planejarem ações no território;



## CARTA DOS GOYAZES



- Fomentarem projetos piloto de implementação de TLCs em coordenação com a política pública da RedeTrilhas;
- Promoverem, realizarem e/ou apoiarem a adoção responsável de trilhas ou trechos de trilhas, com a realização de manejo, sinalização e mutirões para o engajamento e a promoção do voluntariado da REDE;
- Incubarem uma Secretaria Executiva profissional da ASSOCIAÇÃO REDE BRASILEIRA DE TRILHAS, até que esta tenha capacidade de ter seu próprio quadro de profissionais.

Os signatários da Carta dos Goyazes afirmam seu compromisso inequívoco no incentivo da consolidação da REDE NACIONAL DE TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE, como ferramenta de conservação, como aparelho de recreação, lazer e saúde para todas as pessoas e como um importante instrumento de geração de emprego e renda para as comunidades por onde a trilha passa.

Que a REDE seja inspiradora para os brasileiros, como sinônimo de união, apoio mútuo e conectividade, que resulte em um produto que pertença a todos e que seja motivo de orgulho para o Brasil inteiro.

GOIÂNIA, 28 DE MAIO DE 2022